

# Sarney apóia ação dos militares

JOAQUIM MONTEIRO  
Da Editoria Nacional

Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, engajados em campanha pela permanência do papel das Forças Armadas na Nova Constituição, tal como se insere na atual Carta Magna do País, já expressaram seu posicionamento ao presidente Jose Sarney durante últimos despachos no Palácio do Planalto, segundo informou ontem um assessor da Presidência. O informante acrescentou que o Presidente, que é o chefe supremo das Forças Armadas, de acordo com dispositivos constitucionais, dará respaldo à posição militar.

Os chefes militares, antes de levarem o problema ao presidente Sarney, ouviram inicialmente os membros efetivos dos seus respectivos Altos Comandos. Na reunião do dia 9, os ministros militares, por unanimidade, formalizaram a posição contrária à alteração dos artigos 90, 91, 92 e 93 da atual Constituição, que tratam das funções das Forças Armadas como organização militar.

O art. 91, que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais altera a sua redação, define a destinação, retirando-lhes a atribuição de guardiães da segurança interna. Esse é o dispositivo mais importante no contexto do papel das Forças Armadas, o qual os militares não permitem alteração, por se tratar de uma tradição da República. Os militares da Aeronáutica e Marinha, menos radiciais, até admitem modificações do art. 92, que trata da prestação do serviço militar, que podendo entender sua obrigatoriedade às mulheres e aos eclesiásticos na Nova Constituição, que na atual libera esse segmentos de sua obrigatoriedade em tempo de paz.

Para uma alta patente do Exército, embora o projeto da Comissão mantenha nos encargos do Presidente, o

de chefe Supremo das Forças Armadas, um dispositivo que lhe permite acionar as forças armadas no emprego de assegurar a ordem interna, em caso de um caos político-social, incorre no risco da autoridade máxima do País fraquejar no comando da política interna, respaldando os desmandos, fato que obrigaria as Forças Armadas a assumirem o papel de sua atual destinação constitucional, indo de encontro ao próprio chefe da Nação, como aconteceu em 1964, com a deposição do presidente João Goulart, que era naquele momento, ainda de acordo com a Constituição, o chefe Supremo das Forças Armadas.

Segundo um militar com assento no Alto Comando do Exército, os constituintes incorrerão num grande risco se aprovarem o anteprojeto da Comissão, na parte que retira das Forças Armadas o seu papel na segurança interna, argumentando: as polícias militares e civis, não estão suficientemente preparadas para missão dessa envergadura, são, quase sempre, segundo exemplos amplamente conhecidos, elementos utilizados a serviço da política de governadores estaduais fato que leva os militantes a não confiar na sua imparcialidade.

## ESTRUTURA

“Além da preparação da mentalidade dos militares, voltada para essa filosofia de segurança interna e externa, existe toda uma estrutura militar implantada no vasto continente brasileiro, elaborada dentro da moderna concepção estratégica de segurança na terra, no mar e no ar que seria gradualmente desprezada, se retirarem da Constituição o papel das Forças Armadas”, afirmou ontem um oficial-general da área do Estado-Maior.

Segundo a mesma fonte, na recente redivisão territorial militar, medidas fo-

ram tomadas tendo em vista o plano estratégico do Exército, que ao longo dos anos estuda os problemas de conflito do campo, suas áreas sensíveis e as soluções adequadas dentro do contexto de segurança interna. Exemplo disso, foi a retirada da região do Bico do Papagaio, considerada área sensível a conflitos pela posse de terras, da jurisdição do Comando Militar do Planalto, que mantém unidade de tropa muito distante da área, para o Comando Militar da Amazônia, que sedia tropas nas proximidades, o Batalhão de Infantaria de Selva de Marabá.

O plano da redivisão, que transformou os antigos Exércitos em Comandos Militares de área, levou em consideração, em primeiro lugar, a política de segurança interna e externa, nas áreas fronteiriças, deslocando unidades de pontos considerados não prioritários do ponto de vista estratégico, para outros onde a ausência de unidade tornavam vulnerável sua segurança.

## TRABALHO

Coesos na defesa do papel das Forças Armadas na nova Constituição, os ministros militares vão encetar trabalho junto aos congressistas, de forma direta e através dos seus assessores parlamentares, visando rejeitar o anteprojeto elaborado pelos notáveis na parte que altera as funções das Forças Armadas.

Os primeiros parlamentares a serem procurados serão os senadores detentores de mandatos de oito anos, constituintes naturais sem disputar a reeleição, seguindo-se os deputados e senadores que têm sua reeleição prováveis representantes de bancada do Distrito Federal no Congresso, mais próximos do poder, já estão sendo procurados com esta finalidade quando comparecem a solenidade no âmbito militar.